



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMALAÚ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO/EDITAL

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00024/2020-CPL
LICITAÇÃO Nº. 00003/2020
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS
TIPO: MENOR PREÇO**

Órgão Realizador do Certame:
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMALAÚ
RUA NOMINANDO FIRMO, 56 - CENTRO - CAMALAÚ - PB.
CEP: 58530-000 - Tel: (83) 33021013.

O Órgão Realizador do Certame acima qualificado, inscrito no CNPJ 09.073.271/0001-41, doravante denominado simplesmente ORC, torna público para conhecimento de quantos possam interessar que fará realizar através da Comissão Permanente de Licitação, doravante denominada simplesmente Comissão, as 12:00 horas do dia 21 de Maio de 2020 no endereço acima indicado, licitação na modalidade Tomada de Preços nº. 00003/2020, tipo menor preço, e sob o regime de empreitada por preço global; tudo de acordo com este instrumento e em observância a Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta para: Contratação de empresa especializada para execução da obra de reforma e ampliação do Mercado Público Municipal, Julho Jerônimo da Silva, no município de Camalaú-PB, conforme projeto básico de engenharia.

1.0.DO OBJETO

1.1.Constitui objeto da presente licitação: Contratação de empresa especializada para execução da obra de reforma e ampliação do Mercado Público Municipal, Julho Jerônimo da Silva, no município de Camalaú-PB, conforme projeto básico de engenharia.

1.2.As especificações do objeto ora licitado, encontram-se devidamente detalhadas no correspondente Termo de Referência - Anexo I deste Instrumento.

1.3.A contratação acima descrita, que será processada nos termos deste instrumento convocatório, especificações técnicas e informações complementares que o acompanham, quando for o caso, justifica-se: Pela necessidade da devida efetivação de obra para suprir demanda específica - Contratação de empresa especializada para execução da obra de reforma e ampliação do Mercado Público Municipal, Julho Jerônimo da Silva, no município de Camalaú-PB, conforme projeto básico de engenharia -, considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

1.4.Salienta-se que na referida contratação, não será concedido o tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos das disposições contidas no Art. 47, da Lei Complementar nº 123/2006, por não enquadrar-se nas hipóteses dos incisos I e III, do Art. 48, como também, não ser oportuno aplicar a exigência facultada no inciso II, do mesmo artigo, visto estarem presentes, isolada ou simultaneamente, as situações previstas no inciso III, do Art. 49, todos do referido diploma legal. Fica, no entanto,

assegurado a ME e EPP o tratamento diferenciado e simplificado previsto nos demais Artigos do Capítulo V, Seção I, da Lei nº. 123/06.

2.0.DO LOCAL E DATA E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

2.1.Os envelopes contendo a documentação relativa à habilitação e a proposta de preços para execução do objeto desta licitação, deverão ser entregues à Comissão até as 12:00 horas do dia 21 de Maio de 2020, no endereço constante do preâmbulo deste instrumento. Neste mesmo local, data e horário será realizada a sessão pública para abertura dos referidos envelopes.

2.2.Informações ou esclarecimentos sobre esta licitação, serão prestados nos horários normais de expediente: das 08:00 as 14:00 horas.

2.3.Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o ato convocatório deste certame por irregularidade na aplicação da Lei 8.666/93 e legislação pertinente, se manifestada por escrito e dirigida a Comissão, protocolizando o original até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para realização da respectiva sessão pública para abertura dos envelopes de habilitação, nos horários de expediente acima indicado, exclusivamente no seguinte endereço: Rua Nominando Firmo, nº 56, Centro, Camalaú - PB.

2.4.Caberá à Comissão, auxiliada pelos setores responsáveis pela elaboração deste ato convocatório e seus anexos, decidir sobre a respectiva impugnação, respondendo ao cidadão interessado no prazo de até 03 (três) dias úteis, considerados da data em que foi protocolizada a petição.

2.5.Decairá do direito de impugnar as falhas ou irregularidades que viciariam o ato convocatório deste certame, o licitante que não o fizer por escrito e dirigida a Comissão, protocolizando o original até o 2º (segundo) dia útil que anteceder a abertura dos envelopes com as propostas, nos horários de expediente acima indicado, exclusivamente no seguinte endereço: Rua Nominando Firmo, nº 56, Centro, Camalaú - PB.

3.0.DOS ELEMENTOS PARA LICITAÇÃO

3.1.Aos participantes, serão fornecidos os seguintes elementos:

3.1.1.ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA - ESPECIFICAÇÕES;

3.1.2.ANEXO II - MODELOS DE DECLARAÇÕES;

3.1.3.ANEXO III - MODELO DO TERMO DE RENÚNCIA;

3.1.4.ANEXO IV - MINUTA DO CONTRATO;

3.1.5 ANEXO V – PROJETO BÁSICO DE ENGENHARIA

3.2.A obtenção do instrumento convocatório será feita apenas da seguinte forma:

3.2.1.Pela Internet: www.tce.pb.gov.br.

4.0.DO SUPORTE LEGAL

4.1.Esta licitação reger-se-á pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; que ficam fazendo partes integrantes deste instrumento, independente de transcrição.

5.0.DO PRAZO E DOTAÇÃO

5.1.O prazo máximo para a execução do objeto ora licitado, conforme suas características e as necessidades do ORC, e que admite prorrogação nos casos previstos pela Lei 8.666/93, está abaixo indicado e será considerado a partir da emissão da Ordem de Serviço:

Início: 5 (cinco) dias

Conclusão: 4 (quatro) meses

5.2.O prazo de vigência do correspondente contrato será determinado: até o final do exercício financeiro de 2020, considerado da data de sua assinatura;

5.3.As despesas decorrentes do objeto da presente licitação, correrão por conta da seguinte dotação:

02.010-SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA

6.0.DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

. 6.1.Poderão participar deste certame, os licitantes devidamente cadastrados no ORC ou que atenderem a todas as condições para cadastramento até o terceiro dia útil anterior à data prevista para o recebimento das propostas, cuja regularidade será observada, em qualquer das hipóteses, exclusivamente mediante apresentação do Certificado de Inscrição de Fornecedores e Prestadores de Serviços, ou equivalente na forma da lei, fornecido pelo ORC, em plena validade. Os proponentes deverão entregar a Comissão dois envelopes fechados indicando, respectivamente, DOCUMENTAÇÃO e PROPOSTA DE PREÇOS, devidamente identificados nos termos definidos neste instrumento convocatório.

6.1.1.Ao requerer inscrição no referido cadastro, ou atualização deste, a qualquer tempo, o interessado fornecerá os elementos necessários à satisfação das exigências dos Incisos I e IV, do Art. 27, da Lei 8.666/93.

6.1.1.1 O respectivo poderá ser feito através do e-mail: cplcamalaulicita@gmail.com nessa hipótese os documentos de que trata o item 6.1.1 deverão ser enviados no ato da solicitação de cadastro, que deverá fazer menção ao processo licitatório deseja o cadastro.

6.1.1.1.1 A comissão analisará as solicitações de cadastro e emitirá os respectivos Certificados de Cadastro em prazo legal, de todas as solicitações que atenderem os requisitos expressos no item 6.1.1;

6.1.1.1.2 Eventuais incorreções e/ou falta de documentação NÃO serão de responsabilidade desta comissão. Caberá a comissão apenas INFORMAR as respectivas pendências.

6.1.1.1.3 Os solicitantes que ATENDEREM os requisitos receberão o Certificado de Inscrição através do e-mail supracitado no prazo legal.

6.2.A participação neste certame é aberta a quaisquer interessados, inclusive as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados, nos termos da legislação vigente.

6.3.Não poderão participar os interessados que se encontrem sob o regime falimentar, empresas estrangeiras que não funcionem no país, nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou que estejam cumprindo a sanção de suspensão do direito de licitar e contratar com o ORC.

6.4.Os licitantes que desejarem enviar seus envelopes Documentação e Proposta de Preços via postal - com Aviso de Recebimento AR -, deverão remetê-los em tempo hábil ao endereço constante do preâmbulo deste instrumento, aos cuidados do Presidente da Comissão - Urânio e Silva Mayer. Não sendo rigorosamente observadas as exigências deste item, os respectivos envelopes não serão aceitos e o licitante, portanto, desconsiderado para efeito de participação no certame.

6.5.Quando observada a ocorrência da entrega apenas dos envelopes junto à Comissão, sem a permanência de representante credenciado na respectiva sessão pública, é facultado ao licitante, não sendo condição para sua habilitação, a inclusão no envelope Documentação, da declaração expressa de renunciar ao direito de interpor recurso e ao prazo correspondente relativo à Fase de Habilitação, concordando com o prosseguimento do certame, previsto no Art. 43, III, da Lei 8.666/93, conforme modelo - Anexo III.

6.6.É vedada à participação em consórcio.

7.0.DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

7.1.O licitante deverá se apresentar, para credenciamento junto a Comissão, quando for o caso, através de um representante, com os documentos que o credenciam a participar deste procedimento licitatório. Cada licitante credenciará apenas um representante que será o único admitido a intervir nas fases do certame na forma prevista neste instrumento, podendo ser substituído posteriormente por outro devidamente credenciado.

7.2.Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

7.2.1. Tratando-se do representante legal: o instrumento constitutivo da empresa na forma da lei, quando for o caso, devidamente registrado no órgão competente, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

7.2.2. Tratando-se de procurador: a procuração por instrumento público ou particular da qual constem os necessários poderes para, firmar declarações, desistir ou apresentar as razões de recurso e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame; acompanhada do correspondente instrumento de constituição da empresa, quando for o caso, que comprove os poderes do mandante para a outorga. Caso a procuração seja particular, deverá ser reconhecida a firma em cartório do respectivo signatário.

7.2.3. O representante legal e/ou procurador deverão identificar-se apresentando documento oficial que contenha foto.

7.3. Estes documentos deverão ser entregues a Comissão - antes do início da sessão pública - em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou membro da Comissão.

7.4. A não apresentação ou ainda a incorreção insanável de qualquer dos documentos de credenciamento impedirá a participação ativa do representante do licitante no presente certame. Esta ocorrência não inabilitará sumariamente o concorrente, apenas perderá o direito a manifestar-se nas correspondentes fases do processo licitatório. Para tanto, a Comissão receberá regularmente do referido concorrente seus envelopes, declarações e outros elementos necessários à participação no certame, desde que apresentados na forma definida neste instrumento.

7.5. No momento de abertura da sessão pública, cada licitante, por intermédio do seu representante devidamente credenciado apresentará, em separado de qualquer dos envelopes, a seguinte documentação:

7.5.1. Declaração de Elaboração Independente de Proposta - Anexo II.

7.6. Quando os envelopes Documentação e Proposta de Preços forem enviados via postal, a declaração indicada no item 7.5.1 deverá ser apresentada dentro do envelope Documentação.

8.0. DA HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos necessários à habilitação dos licitantes, deverão ser apresentados em 01 (uma) via, dentro de envelope lacrado, contendo as seguintes indicações no anverso:

<p style="text-align: center;">PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMALÁU DOCUMENTAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº. 00003/2020 NOME PROPONENTE ENDEREÇO E CNPJ DO PROPONENTE</p>

O ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO deverá conter os seguintes elementos:

8.2. A DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À HABILITAÇÃO JURÍDICA, CONFORME O CASO, CONSISTIRÁ EM:

8.2.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;

8.2.2. Cédula de Identidade, quando se tratar de empresa individual;

8.2.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

8.2.4. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

8.2.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.2.6. Alvará de Localização e Funcionamento expedido pelo órgão competente da sede da empresa licitante.

8.3. A DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, CONFORME O CASO, CONSISTIRÁ EM:

8.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ

8.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.3.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, devidamente válida;

8.2.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, devidamente válida;

8.3.5. Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS – CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal, com prazo de validade em vigor, conforme dispositivo da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1.990, c/c artigo 29, inciso IV da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

8.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.3.7. Os licitantes que se enquadrarem na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual deverão apresentar toda a documentação requerida, mesmo que apresente qualquer restrição quanto à sua regularidade fiscal, a fim de que possa ser aplicado o disposto do artigo 43 da Lei Complementar 123/2006, alterada pelas Leis Complementares 128/2008, 147/2014 Decreto 8.538/2015 e suas alterações posteriores.

8.4. A DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA LIMITAR-SE-Á A:

8.4.1. Certidão de registro ou inscrição da empresa licitante e seus responsáveis técnicos junto ao CREA (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), conforme as áreas de atuação previstas no Projeto Básico, em plena validade, emitida pelo conselho da jurisdição da sede da licitante;

8.4.2 Comprovação de capacidade técnico-profissional, feita através de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado em nome do Responsável Técnico designado pelo licitante, devidamente registrado junto a entidade profissional competente, demonstrando a execução de serviços com características semelhantes ao objeto da presente licitação. O referido atestado só será aceito se acompanhado da correspondente Certidão de Acervo Técnico - CAT emitido pelo conselho regional de fiscalização profissional competente e da comprovação de que o referido Responsável Técnico designado pertence ao quadro da empresa ou dele fará parte caso seja vencedora do presente certame.

8.4.2.1 . Os atestado(s) referentes aos responsáveis técnicos só serão aceito(s) se o(s) profissional(ais) em pauta possuir(em) vínculo obrigacional e/ou trabalhista com a licitante na data da licitação, comprovando mediante a apresentação de cópia autenticada do contrato de trabalho ou do registro na carteira de trabalho e previdência social (CTPS). Quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa licitante, tal comprovação poderá ser feita através da cópia da ATA da assembleia de sua investidura no cargo ou do contrato Social.

8.4.3. Declaração de que manterá na obra e/ou serviço, em tempo integral, o profissional indicado como responsável técnico, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela prefeitura Municipal de Camalaú - PB, devidamente assinado pelo sócio responsável pela Administração da empresa;

8.4.4. ATESTADO DE VISITA TÉCNICA AO LOCAL DA OBRA

8.4.4.1. Quando a empresa licitante desejar realizar a visita técnica ao local da obra ou serviços com o acompanhamento de um responsável pertencente ao ORC, deverá agendar previamente junto a Comissão Permanente de Licitação - CPL com a devida antecedência, observando o prazo máximo para realização da referida visita, através do telefone: (83) 3302-1013, neste ato,

a Prefeitura Municipal de Camalaú - PB, através da Secretaria Municipal de Infraestrutura, expedirá, em nome da empresa proponente, o ATESTADO DE VISITA TÉCNICA referente ao local onde será realizada a obra objeto do presente certame, a qual deverá se fazer representar pelo Engenheiro Civil do quadro técnico da empresa, e/ou pelo representante legal da empresa, e/ou pelo procurador munido de instrumento de procuração específico para este ato.

8.4.4.2. Quando a Empresa Licitante optar por não fazer a visita técnica, deverá a mesma apresentar comprovação de que tem pleno conhecimento das condições relativas a natureza da obra ou serviços a serem executados, feita através de declaração formal assinada pelo seu responsável técnico, contendo a identificação da empresa e do signatário, local e data, e basicamente com os seguintes termos: "DECLARAMOS sob as penalidades da lei, de que temos pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos relativamente ao objeto da Tomada de Preços nº 00003/2020, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizaremos para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a Prefeitura Municipal de Camalaú - PB"

8.5. A DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO ECONOMICO-FINANCEIRA LIMITAR-SE-À A:

8.5.1. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial e/ou concordata expedida dentro de um prazo máximo de 30 (trinta) dias anteriores à sessão de entrega e abertura dos envelopes de "proposta de preços" e de "habilitação", pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou dentro do prazo de validade constante no documento;

8.6. DECLARAÇÕES

8.6.1. Declaração do licitante: de cumprimento do disposto no Art. 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal - Art. 27, Inciso V, da Lei 8.666/93; de superveniência de fato impeditivo no que diz respeito à participação na licitação; e de submeter-se a todas as cláusulas e condições do presente instrumento convocatório, conforme modelo - Anexo II.

8.6.2. Termo de Renúncia, caso o participante envie apenas seus envelopes, sem representante credenciado e desejar renunciar ao direito de interpor recurso e ao prazo respectivo relativo à Fase de Habilitação, concordando com o prosseguimento do certame licitatório, conforme modelo - Anexo III.

8.7. SOB PENA DE INABILITAÇÃO, TODOS OS DOCUMENTOS APRESENTADOS PARA HABILITAÇÃO DEVERÃO ESTAR:

8.7.1. Em nome da licitante, com número do CNPJ, bem assim com o endereço respectivo;

8.7.2. Datados dos últimos 30 (trinta) dias até a data de abertura dos envelopes contendo as Propostas e documentação, quando não tiver prazo estabelecido pelo órgão competente expedidor ou neste edital.

8.7.3. Não se enquadram no prazo de que trata o item anterior os documentos cuja validade é indeterminada, como é o caso dos atestados de capacidade técnica.

8.7.4. Os documentos exigidos nesta licitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia, autenticada por Cartório competente, pelo Presidente da CPL ou por servidor da Comissão de Licitação ou mediante publicação em órgão da Imprensa Oficial.

8.7.5. Os documentos previstos nesta licitação poderão ser autenticados pelo Presidente da CPL ou por servidores da Comissão de Licitação, a partir do original, antes do início da abertura do Certame.

8.7.6. Serão aceitas somente cópias legíveis;

8.7.7. Não serão aceitos documentos cujas datas estejam rasuradas;

8.7.8. O Presidente da CPL reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário;

8.7.9. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente edital;

8.7.10 O licitante que alegar estar desobrigado da apresentação de qualquer um dos documentos exigidos na fase habilitatória deverá comprovar esta condição por meio de certificado expedido por órgão competente ou legislação em vigor.

8.7.11. Caso a empresa licitante deixe de apresentar alguma declaração, o Presidente da CPL reserva-se o direito de autorizar que o representante legal da empresa licitante, tendo poderes para tal, o faça de próprio punho.

8.8. Os documentos de Habilitação deverão ser organizados na ordem descrita neste instrumento, precedidos por um índice correspondente, podendo ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, membro da Comissão ou publicação em órgão da imprensa oficial, quando for o caso. Estando perfeitamente legíveis, sem conter borrões, rasuras, emendas ou entrelinhas, dentro do prazo de validade, e encerrados em envelope devidamente lacrado e indevassável. Por ser apenas uma formalidade que visa facilitar os trabalhos, a ausência do índice de que trata este item, não inabilitará o licitante.

8.9.A falta de qualquer documento exigido, o seu vencimento, a ausência das cópias devidamente autenticadas ou das vias originais para autenticação pela Comissão ou da publicação em órgão na imprensa oficial, a apresentação de documentos de habilitação fora do envelope específico, tornará o respectivo licitante inabilitado. Quando o documento for obtido via Internet sua legalidade será comprovada nos endereços eletrônicos correspondentes. Poderão ser utilizados, a critério da Comissão os documentos cadastrais de fornecedores, constantes dos arquivos do ORC, para comprovação da autenticidade de elementos apresentados pelos licitantes, quando for o caso.

8.10.Os documentos de Habilitação deverão ser organizados na ordem descrita neste instrumento, precedidos por um índice correspondente, podendo ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, membro da Comissão ou publicação em órgão da imprensa oficial, quando for o caso. Estando perfeitamente legíveis, sem conter borrões, rasuras, emendas ou entrelinhas, dentro do prazo de validade, e encerrados em envelope devidamente lacrado e indevassável. Por ser apenas uma formalidade que visa facilitar os trabalhos, a ausência do índice de que trata este item, não inabilitará o licitante.

8.11.A falta de qualquer documento exigido, o seu vencimento, a ausência das cópias devidamente autenticadas ou das vias originais para autenticação pela Comissão ou da publicação em órgão na imprensa oficial, a apresentação de documentos de habilitação fora do envelope específico, tornará o respectivo licitante inabilitado. Quando o documento for obtido via Internet sua legalidade será comprovada nos endereços eletrônicos correspondentes. Poderão ser utilizados, a critério da Comissão os documentos cadastrais de fornecedores, constantes dos arquivos do ORC, para comprovação da autenticidade de elementos apresentados pelos licitantes, quando for o caso.

9.0.DA PROPOSTA

9.1.A proposta deverá ser apresentada em 01(uma) via, dentro de envelope lacrado, contendo as seguintes indicações no anverso:

<p style="text-align: center;">PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMALÁU PROPOSTA DE PREÇOS - TOMADA DE PREÇOS Nº. 00003/2020 NOME DO PROPONENTE ENDEREÇO E CNPJ DO PROPONENTE</p>
--

O ENVELOPE PROPOSTA DE PREÇOS deverá conter os seguintes elementos:

9.2.Proposta elaborada em consonância com o respectivo projeto e as especificações constantes deste instrumento e seus elementos - Anexo I -, em papel timbrado da empresa, quando for o caso, devidamente assinada por seu representante, contendo no correspondente item cotado: discriminação, quantitativo e os valores unitário e total expressos em algarismos, acompanhada de:

9.2.1.Planilha de quantitativos e preços.

- 9.2.2.Cronograma físico-financeiro compatível com o prazo de execução dos serviços.
- 9.2.3.Composição de Custos Unitários contendo, inclusive, o detalhamento da composição de Lucros e Despesas Indiretas LDI e dos respectivos percentuais praticados.
- 9.3.A Planilha de quantitativos e preços, o Cronograma físico-financeiro e a Composição de Custos Unitários, deverão ser assinadas por Responsável Técnico da empresa. Propostas que apresentem o mesmo Responsável Técnico serão desclassificadas.
- 9.4.Será cotado um único preço, marca, modelo para cada item, com a utilização de duas casas decimais. Indicações em contrário estão sujeitas a correções observando-se os seguintes critérios:
- 9.4.1.Falta de dígitos: serão acrescentados zeros;
- 9.4.2.Excesso de dígitos: sendo o primeiro dígito excedente menor que 5, todo o excesso será suprimido, caso contrário haverá o arredondamento do dígito anterior para mais e os demais itens excedentes suprimidos.
- 9.5.A proposta deverá ser redigida em língua portuguesa e em moeda nacional, elaborada com clareza, sem alternativas, rasuras, emendas e/ou entrelinhas. Suas folhas rubricadas e a última datada e assinada pelo responsável, com indicação: do valor total da proposta em algarismos, dos prazos de entrega ou execução, das condições de pagamento, da sua validade que não poderá ser inferior a 60 dias, e outras informações e observações pertinentes que o licitante julgar necessárias.
- 9.6.Existindo discrepância entre o preço unitário e o valor total, resultado da multiplicação do preço unitário pela quantidade, o preço unitário prevalecerá.
- 9.7.Fica estabelecido que havendo divergência de preços unitários para um mesmo produto ou serviço, prevalecerá o de menor valor.
- 9.8.No caso de alterações necessárias da proposta feitas pela Comissão, decorrentes exclusivamente de incorreções na unidade de medida utilizada, observada a devida proporcionalidade, bem como na multiplicação e/ou soma de valores, prevalecerá o valor corrigido.
- 9.0.A não indicação na proposta dos prazos de entrega ou execução, das condições de pagamento ou de sua validade, ficará subentendido que o licitante aceitou integralmente as disposições do instrumento convocatório e, portanto, serão consideradas as determinações nele contidas para as referidas exigências não sendo suficiente motivo para a desclassificação da respectiva proposta.
- 9.10.É facultado ao licitante, apresentar a proposta no próprio modelo fornecido pelo ORC, desde que esteja devidamente preenchido.
- 9.11. Serão desclassificadas as propostas que deixarem de atender as disposições deste instrumento.

10.0.DO CRITÉRIO PARA JULGAMENTO

- 10.1.Será declarado vencedor deste certame o licitante que, atendidas todas as exigências do presente instrumento, apresentar proposta com menor valor global no correspondente item cotado, relacionado no Anexo I - Termo de Referência -, na coluna código.
- 10.2.Havendo igualdade de valores entre duas ou mais propostas, e após obedecido o disposto nos Arts. 44 e 45 da Lei Complementar 123/06 e no Art. 3º, §2º, da Lei 8.666/93, a classificação se fará através de sorteio.
- 10.3.Na presente licitação será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.
- 10.4.Para efeito do disposto neste instrumento, entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.
- 10.5.Ocorrendo a situação de empate conforme acima definida, proceder-se-á da seguinte forma:
- 10.5.1.A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;
- 10.5.2.Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do item anterior, serão convocadas as demais remanescentes que por ventura se enquadrem

na situação de empate acima definida, na ordem de classificação, para exercício do mesmo direito;

10.5.3.No caso de equivalência de valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido como situação de empate, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.6.Na hipótese de não-contratação nos termos acima previstos, em que foi observada a situação de empate e assegurado o tratamento diferenciado a microempresa e empresa de pequeno porte, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

10.7.A situação de empate, na forma acima definida, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

11.0.DA ORDEM DOS TRABALHOS

11.1.Para o recebimento dos envelopes e início dos trabalhos será observada uma tolerância de 15 (quinze) minutos após o horário fixado. Encerrado o prazo para recebimento dos envelopes, nenhum outro será aceito.

11.2.Declarada aberta à sessão pública pelo Presidente, será efetuado o devido credenciamento dos interessados. Somente participará ativamente da reunião um representante de cada licitante, podendo, no entanto, ser assistida por qualquer pessoa que se interessar.

11.3.O não comparecimento do representante de qualquer dos licitantes não impedirá a efetivação da reunião, sendo que, a simples participação neste certame implica na total aceitação de todas as condições estabelecidas neste Instrumento Convocatório e seus anexos.

11.4.Em nenhuma hipótese será concedido prazo para a apresentação de documentação e/ou substituição dos envelopes ou de qualquer elemento exigido e não apresentado na reunião destinada à habilitação.

11.5.A Comissão receberá de cada representante os envelopes Documentação e Proposta de Preços, e rubricará juntamente com os participantes os fechados do segundo.

11.6.Posteriormente abrirá os envelopes Documentação, rubricará o seu conteúdo e solicitará dos licitantes que examinem a documentação neles contidas. Quaisquer impugnações levantadas deverão ser comunicadas a Comissão, que as consignará na Ata de reunião.

11.7.Prosseguindo os trabalhos, a Comissão analisará os documentos e as impugnações porventura formuladas pelos licitantes, dando-lhes ciência, em seguida, do resultado da Fase de Habilitação. Entretanto, se assim julgar necessário, poderá divulgar o resultado numa nova reunião, registrando-se na Ata, ou mediante publicação na imprensa oficial ou ainda emitindo aviso por escrito, observada, nestes casos, a devida antecedência necessária - não inferior a 48 (quarenta e oito) horas.

11.8.Ocorrendo à desistência expressa dos licitantes ao direito de recorrer na Fase de Habilitação, conforme previsto no Art. 43, III, da Lei 8.666/93, na mesma sessão poderá haver a abertura dos envelopes Propostas, caso contrário será marcada nova data, com observância ao prazo recursal estabelecido na legislação pertinente.

11.9.O envelope Proposta de Preços, devidamente fechado e lacrado, será devolvido ao licitante inabilitado, desde que não tenha havido recurso ou após sua denegação.

11.10.Encerrada a Fase de Habilitação e observados os ditames deste instrumento, a Comissão procederá então à abertura dos envelopes Proposta de Preços dos proponentes declarados habilitados, rubricará o seu conteúdo e facultará o exame da documentação neles contidas a todos os participantes, os quais poderão efetuar impugnações, devidamente consignadas na Ata de reunião, quando for o caso.

11.11.A Comissão examinará os elementos apresentados, as observações eventualmente apontadas, declarando, em seguida, vencedor o licitante que, atendidas as exigências e considerados os critérios definidos neste instrumento, apresentar proposta mais vantajosa para o ORC.

11.12.Da reunião lavrar-se-á Ata circunstanciada, na qual serão registradas todas as ocorrências e que, ao final, será assinada pela Comissão e licitantes presentes.

11.13.Em decorrência da Lei Complementar 123/06, a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, observando-se o seguinte procedimento:

11.13.1.As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação nesta licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, dentre os documentos enumerados neste instrumento para efeito de Habilitação e integrantes do envelope Documentação, mesmo que esta apresente alguma restrição;

11.13.2.Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05(cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o licitante for declarado vencedor, prorrogáveis por igual período, a critério do ORC, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

11.13.3.A não-regularização da documentação, no prazo acima previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 81, da Lei 8.666/93, sendo facultado ao ORC convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

11.14.Os documentos apresentados pelos licitantes no Credenciamento e os elementos constantes dos envelopes Documentação e Proposta de Preços que forem abertos, serão retidos pela Comissão e anexados aos autos do processo. No mesmo contexto, o envelope Proposta de Preços, ainda lacrado, do licitante inabilitado que não for retirado por seu representante legal no prazo de 60 (sessenta) dias consecutivos da data de homologação do presente certame, será sumariamente destruído.

12.0.DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS

12.1.Havendo proposta com valor para o respectivo item relacionado no Anexo I - Termo de Referência - Especificações, na coluna código, superior ao estimado pelo ORC ou manifestamente inexequível nos termos do Art. 48, II, §1º e §2º, da Lei 8.666/93; o mesmo será desconsiderado. Esta ocorrência não desclassifica automaticamente a proposta, quando for o caso, apenas o item correspondente.

12.2.O valor estimado que o ORC se propõe a pagar pelo objeto ora licitado - Valor de Referência, está indicado no respectivo elemento deste instrumento - ANEXO I.

13.0.DOS RECURSOS

13.1.Dos atos decorrentes deste procedimento licitatório, caberão recursos nos termos do Art. 109 da Lei Federal n.º 8.666/93.

13.2.O recurso será dirigido à autoridade superior do ORC, por intermédio da Comissão, devendo ser protocolizado o original, nos horários normais de expediente das 08:00 as 12:00 horas, exclusivamente no seguinte endereço: Rua Nominando Firmo, nº 56, Centro, Camalaú - PB.

13.3 Os recursos poderão ser apresentados através de e-mail no seguinte endereço: cplcamalaulicita@gmail.com RESPEITADOS os prazos legais conforme LEGISLAÇÃO PERTINENTE.

13.3.1 A comissão permanente de licitações NÃO SE RESPONSABILIZARÁ por eventuais e-mails "ENVIADOS" que por problemas técnicos diversos NÃO sejam recebidos;

13.3.2 Caberá a comissão permanente de licitações CONFIRMAR o recebimento dos respectivos.

13.3.3. A empresa que enviar recurso e NÃO obtiver conformação de RECEBIMENTO do mesmo deverá entrar em contato através do telefone: Tel: (83) 3302-1013 (Atendimento das 08h00min à 14h00min).

14.0.DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

14.1.Concluído o julgamento das propostas apresentadas, a Comissão emitirá relatório conclusivo dos trabalhos desenvolvidos no certame, remetendo-o a autoridade superior do ORC, juntamente com os elementos constitutivos do processo, necessários à Homologação e Adjudicação da respectiva licitação, quando for o caso.

14.2.A autoridade superior poderá, no entanto, tendo em vista sempre a defesa dos interesses do ORC, discordar e deixar de homologar, total ou parcialmente, o resultado apresentado pela Comissão, revogar ou considerar nula a Licitação, desde que apresente a devida fundamentação exigida pela legislação vigente, resguardados os direitos dos licitantes.

15.0.DO CONTRATO

15.1.Após a homologação pela Autoridade Superior do ORC, o licitante vencedor será notificado para, dentro do prazo de 05 (cinco) dias consecutivos da data de recebimento da notificação, assinar o respectivo contrato, quando for o caso, elaborado em conformidade com as modalidades permitidas pela Lei Federal n.º 8.666/93, podendo o mesmo sofrer alterações nos termos definidos pela referida norma.

15.2.Não atendendo à convocação para assinar o contrato, e ocorrendo esta dentro do prazo de validade de sua proposta, o licitante perderá todos os direitos que porventura tenha obtido como vencedor da licitação.

15.3.É permitido ao ORC, no caso do licitante vencedor não comparecer para assinatura do contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições do licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, ou revogar a presente licitação.

15.4.O contrato que eventualmente venha a ser assinado pelo licitante vencedor, poderá ser alterado, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos previstos no Art. 65 e será rescindido, de pleno direito, conforme o disposto nos Arts. 77, 78 e 79, todos da Lei 8.666/93; e executado sob o regime de empreitada por preço global.

15.5.O Contratado fica obrigado a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso de reforma de edifício ou equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para seus acréscimos.

15.6.DA GARANTIA DO CONTRATO:

15.6.1.NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS APÓS A ASSINATURA DO CONTRATO, O LICITANTE DEVERÁ PRESTAR GARANTIA CORRESPONDENTE A 5% (CINCO POR CENTO) SOBRE O VALOR DA CONTRATAÇÃO, EM CONFORMIDADE COM ART. 56 DA LEI 8.666/93.

15.6.2.O valor da garantia poderá ser atualizado sempre que houver alteração, reajuste ou revisão do valor do contrato.

15.6.3.A garantia prestada será restituída após o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais e, quando em dinheiro poderá ser atualizada monetariamente, conforme disposto no Art. 56, § 4º, da Lei 8.666/93.

Art. 56. A critério da autoridade competente, em cada caso, e desde que prevista no instrumento convocatório, poderá ser exigida prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras.

§ 1º Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

II - seguro-garantia;

III - fiança bancária.

§ 2º A garantia a que se refere o *caput* deste artigo não excederá a 5% (cinco por cento) do valor do contrato e terá seu valor atualizado nas mesmas condições daquele, ressalvado o previsto no § 3º deste artigo.

[...]

§ 4º A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

§ 5º Nos casos de contratos que importem na entrega de bens pela Administração, dos quais o contratado ficará depositário, ao valor da garantia deverá ser acrescido o valor desses bens.

15.6.4. Não ocorrendo a efetiva prestação de garantia no prazo determinado sujeitará o contratado às penalidades legalmente estabelecidas, sem prejuízo da rescisão do respectivo contrato.

Art. 64, § 2º, da Lei 8.666/1993

(...) A Administração convocará regularmente o interessado para assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro prazo e condições estabelecidos, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 desta Lei.

§ 2º É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista no art. 81 desta Lei.

16.0.DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. A recusa injusta em deixar de cumprir as obrigações assumidas e preceitos legais, sujeitará o Contratado, garantida a prévia defesa, às seguintes penalidades previstas nos Arts. 86 e 87 da Lei 8.666/93: a - advertência; b - multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato por dia de atraso na entrega, no início ou na execução do objeto ora contratado; c - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado pela inexecução total ou parcial do contrato; d - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de até 02 (dois) anos; e - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade; f - simultaneamente, qualquer das penalidades cabíveis fundamentadas na Lei 8.666/93.

16.2. Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

16.3. Após a aplicação de quaisquer das penalidades previstas, realizar-se-á comunicação escrita ao Contratado, e publicado na imprensa oficial, excluídas as penalidades de advertência e multa de mora quando for o caso, constando o fundamento legal da punição, informando ainda que o fato será registrado no cadastro correspondente.

17.0.DA COMPROVAÇÃO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

17.1. A comprovação de execução pelo ORC do objeto licitado, observadas suas características, se fará mediante recibo ou equivalente emitido por funcionário ou comissão específica devidamente designados, após a verificação da quantidade, qualidade e outros aspectos inerentes nos termos deste instrumento, das normas técnicas e legislação pertinentes, e consequente aceitação.

18.0.DO PAGAMENTO

18.1.O pagamento será efetuado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo ORC, da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

18.2.O desembolso máximo do período, não será superior ao valor do respectivo adimplemento, de acordo com o cronograma aprovado, quando for o caso, e sempre em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros.

18.3.Nenhum valor será pago ao Contratado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimo de qualquer natureza.

19.0.DO REAJUSTAMENTO

19.1.Os preços contratados são fixos pelo período de um ano, exceto para os casos previstos no Art. 65, §§ 5º e 6º, da Lei 8.666/93.

19.2.Ocorrendo o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente, nos termos do Art. 65, inciso II, alínea d, da Lei 8.666/93, mediante comprovação documental e requerimento expresso do Contratado.

20.0.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1.Não será devida aos proponentes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao certame, qualquer tipo de indenização.

20.2.Nenhuma pessoa física, ainda que credenciada por procuração legal, poderá representar mais de uma Licitante.

20.3.A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

20.4.Caso as datas previstas para a realização dos eventos da presente licitação sejam declaradas feriado, e não havendo ratificação da convocação, ficam transferidos automaticamente para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e hora anteriormente previstos.

20.5.Ocorrendo a supressão de serviços, se o Contratado já houver adquirido os materiais e postos no local de trabalho, os mesmos deverão ser pagos pelo ORC, pelo preço de aquisição regularmente comprovado, desde que sejam de boa qualidade e aceitos pela fiscalização.

20.6.Os preços unitários para a realização de novos serviços surgidos durante a execução do contrato, serão propostos pelo Contratado e submetidos à apreciação do ORC. A execução dos serviços não previstos será regulada pelas condições e cláusulas do contrato original.

20.7.O ORC por conveniência administrativa ou técnica, se reserva no direito de paralisar a qualquer tempo a execução dos serviços, cientificando devidamente o Contratado.

20.8.Decairá do direito de impugnar perante o ORC nos termos do presente instrumento, aquele que, tendo-o aceitado sem objeção, venha a apresentar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que o viciaram hipótese em que tal comunicado não terá efeito de recurso.

20.9.Nos valores apresentados pelos licitantes, já deverão estar incluídos os custos com aquisição de material, mão-de-obra utilizada, impostos, encargos, fretes e outros que venham a incidir sobre os respectivos preços.

20.10.Este instrumento convocatório e todos os seus elementos constitutivos, estão disponibilizados em meio magnético, podendo ser obtidos junto a Comissão, observados os procedimentos definidos pelo ORC.

20.11.As dúvidas surgidas após a apresentação das propostas e os casos omissos neste instrumento, ficarão única e exclusivamente sujeitos a interpretação da Comissão, sendo facultada a mesma ou a autoridade superior do ORC, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

20.12.Para dirimir controvérsias decorrentes deste certame, excluído qualquer outro, o foro competente é o da Comarca de Monteiro-PB.

Camalaú - PB, 29 de Abril de 2020.

ALECSANDRO BEZERRA DOS SANTOS
Prefeito Constitucional



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMALAÚ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO I - TOMADA DE PREÇOS Nº 00003/2020

TERMO DE REFERÊNCIA - ESPECIFICAÇÕES

1.0.DO OBJETO

1.1.Constitui objeto desta licitação: Contratação de empresa especializada para execução da obra de reforma e ampliação do Mercado Público Municipal, Julho Jerônimo da Silva, no município de Camalaú-PB, conforme projeto básico de engenharia.

2.0.JUSTIFICATIVA

2.1.Considerando as necessidades do ORC, tem o presente termo a finalidade de definir, técnica e adequadamente, os procedimentos necessários para viabilizar a contratação em tela. As características e especificações do objeto ora licitado são:

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	P.UNITÁRIO	P. TOTAL
1	Obra de reforma e ampliação do mercado Público Municipal, Julho Jerônimo da Silva, conforme projeto básico de engenharia	OBRA	1	93.483,65	93.483,65
				Total	93.483,65

3.0.OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

3.1.Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado.

3.2.Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os materiais ou serviços que apresentarem alterações, deteriorações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados após o recebimento e/ou pagamento.

3.3.Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante.

3.4.Manter, durante a vigência do contrato ou instrumentos equivalente, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, se for o caso, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado.

3.5.Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que apresentou a documentação na fase de habilitação.

3.6.Executar todas as obrigações assumidas com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes.

4.0.DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS

4.1.Havendo proposta com valor global superior ao estimado pelo ORC ou manifestamente inexequível nos termos do Art. 48, II, §1º e §2º, da Lei 8.666/93, o mesmo será

desconsiderado. Esta ocorrência não desclassifica automaticamente a proposta, quando for o caso, apenas o item correspondente, relacionado neste anexo.

4.2.O valor estimado que o ORC se propõe a pagar pelo objeto ora licitado - Valor de Referência -, está acima indicado.

5.0.MODELO DA PROPOSTA

5.1.É parte integrante deste Termo de Referência o modelo de proposta de preços correspondente, podendo o licitante apresentar a sua proposta no próprio modelo fornecido, desde que seja devidamente preenchido, conforme faculta o instrumento convocatório - Anexo 01.

JOSE FLAVIO BARBOSA ALVES
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMALAÚ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO 01 AO TERMO DE REFERÊNCIA - PROPOSTA

TOMADA DE PREÇOS Nº 00003/2020

PROPOSTA

REF.: TOMADA DE PREÇOS Nº 00003/2020

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução da obra de reforma e ampliação do Mercado Público Municipal, Julho Jerônimo da Silva, no município de Camalaú-PB, conforme projeto básico de engenharia.

PROPONENTE:

Prezados Senhores,

Nos termos da licitação em epígrafe, apresentamos proposta conforme abaixo:

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	P.UNITÁRIO	P.TOTAL
1	Obra de reforma e ampliação do mercado Público Municipal, Julho Jerônimo da Silva, conforme projeto básico de engenharia	OBRA	1		

VALOR TOTAL DA PROPOSTA - R\$

PRAZO - Item 5.0:

PAGAMENTO - Item 18.0:

VALIDADE DA PROPOSTA - Item 9.0:

CNPJ

_____ / _____ de _____ de _____

Responsável



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMALAÚ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

ANEXO II - TOMADA DE PREÇOS Nº 00003/2020

MODELOS DE DECLARAÇÕES

REF.: TOMADA DE PREÇOS Nº 00003/2020
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMALAÚ

PROPONENTE
CNPJ

1.0 - DECLARAÇÃO de cumprimento do disposto no Art. 7º, Inciso XXXIII, da CF - Art. 27, Inciso V, da Lei 8.666/93.

O proponente acima qualificado, sob penas da Lei e em acatamento ao disposto no Art. 7º inciso XXXIII da Constituição Federal, Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, declara não possuir em seu quadro de pessoal, funcionários menores de dezoito anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho; podendo existir menores de quatorze anos na condição de aprendiz na forma da legislação vigente.

2.0 - DECLARAÇÃO de superveniência de fato impeditivo no que diz respeito a participação na licitação.

Conforme exigência contida na Lei 8.666/93, Art. 32, §2º, o proponente acima qualificado, declara não haver, até a presente data, fato impeditivo no que diz respeito à habilitação/participação na presente licitação, não se encontrando em concordata ou estado falimentar, estando ciente da obrigatoriedade de informar ocorrências posteriores. Ressalta, ainda, não estar sofrendo penalidade de declaração de idoneidade no âmbito da administração Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, arcando civil e criminalmente pela presente afirmação.

3.0 - DECLARAÇÃO de submeter-se a todas as cláusulas e condições do correspondente instrumento convocatório.

O proponente acima qualificado declara ter conhecimento e aceitar todas as cláusulas do respectivo instrumento convocatório e submeter-se as condições nele estipuladas.

Local e Data.

NOME/ASSINATURA/CARGO
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO:
AS DECLARAÇÕES DEVERÃO SER ELABORADAS EM PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE, QUANDO FOR O CASO.

REF.: TOMADA DE PREÇOS Nº 00003/2020
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMALAUÍ
PROPONENTE:
CNPJ:

4.0 - DECLARAÇÃO de elaboração independente de proposta.

(identificação completa do representante do licitante), como representante devidamente constituído de (identificação completa do licitante ou do consórcio), doravante denominado (licitante/consórcio), para fins do disposto no item 7.5.1. do Edital da Tomada de Preços nº 00003/2020, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

a) a proposta apresentada para participar da Tomada de Preços nº 00003/2020 foi elaborada de maneira independente pelo licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da Tomada de Preços nº 00003/2020, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da Tomada de Preços nº 00003/2020 não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da Tomada de Preços nº 00003/2020, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da Tomada de Preços nº 00003/2020 quanto a participar ou não da referida licitação;

d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da Tomada de Preços nº 00003/2020 não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da Tomada de Preços nº 00003/2020 antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

e) que o conteúdo da proposta apresentada para participação da Tomada de Preços nº 00003/2020 não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, discutido ou recebido de qualquer integrante da Prefeitura Municipal de Camalaú antes da abertura oficial das propostas; e

f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Local e Data.

NOME/ASSINATURA/CARGO
Representante legal do proponente

OBSERVAÇÃO:
AS DECLARAÇÕES DEVERÃO SER ELABORADAS EM PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE,
QUANDO FOR O CASO.



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMALAÚ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

ANEXO III - TOMADA DE PREÇOS Nº 00003/2020

MODELOS DO TERMO DE RENÚNCIA

REF.: TOMADA DE PREÇOS Nº 00003/2020
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMALAÚ

PROPONENTE
CNPJ

1.0 - TERMO DE RENÚNCIA ao recurso conforme previsto no Art. 43, Inciso III, da Lei 8.666/93.

O proponente acima qualificado, declara, na forma do disposto no Art. 43, III, da Lei 8.666/93, aceitar o resultado divulgado pela Comissão, que analisou a documentação preliminar do processo em epigrafe, efetuada nos termos do respectivo instrumento convocatório, desistindo, assim, expressamente de qualquer interposição de recurso previsto na legislação vigente, bem com ao prazo correspondente e concordando, portanto, com o prosseguimento do certame. Declara ainda que, em havendo a ocorrência de qualquer igualdade de valores entre sua proposta e a dos demais licitantes e após observado o disposto no Art. 3º, § 2º, da Lei 8.666/93, fica autorizado a realização do sorteio para definição da respectiva classificação, não sendo necessário a sua convocação para o correspondente ato público, conforme previsto no Art. 44, § 2º, do referido diploma legal.

Local e Data.

NOME/ASSINATURA/CARGO
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO:
O TERMO DE RENÚNCIA DEVERÁ SER ELABORADO EM PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE, QUANDO FOR O CASO.



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMALAÚ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

ANEXO IV - TOMADA DE PREÇOS Nº 00003/2020

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº:-CPL

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMALAÚ E, PARA
EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS CONFORME DISCRIMINADO
NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento particular de contrato, de um lado Prefeitura Municipal de Camalaú - Rua Nominando Firmo, 56 - Centro - Camalaú - PB, CNPJ nº 09.073.271/0001-41, neste ato representada pelo Prefeito Alecsandro Bezerra Santos, Brasileiro, Casado, residente e domiciliado na Rua José Mariano de Farias, 114 - Casa - Centro - Camalaú - PB, CPF nº 028.665.354-05, Carteira de Identidade nº 2069361 SSP/PB, doravante simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado - - - - ..., CNPJ nº, neste ato representado por residente e domiciliado na, - - - - ..., CPF nº, Carteira de Identidade nº, doravante simplesmente CONTRATADO, decidiram as partes contratantes assinar o presente contrato, o qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS DO CONTRATO:

Este contrato decorre da licitação modalidade Tomada de Preços nº 00003/2020, processada nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO DO CONTRATO:

O presente contrato tem por objeto: Contratação de empresa especializada para execução da obra de reforma e ampliação do Mercado Público Municipal, Julho Jerônimo da Silva, no município de Camalaú-PB, conforme projeto básico de engenharia.

Os serviços deverão ser executados rigorosamente de acordo com as condições expressas neste instrumento, proposta apresentada, especificações técnicas, Tomada de Preços nº 00003/2020 e instruções do Contratante, documentos esses que ficam fazendo partes integrantes do presente contrato, independente de transcrição; e sob o regime de empreitada por preço global.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PREÇOS:

O valor total deste contrato, a base do preço proposto, é de R\$... (...).

Os preços a serem aplicados para execução dos serviços referidos neste contrato serão os constantes na proposta apresentada, que é parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO:

Os preços contratados são fixos pelo período de um ano, exceto para os casos previstos no Art. 65, §§ 5º e 6º, da Lei 8.666/93.

Ocorrendo o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente, nos termos do Art. 65, inciso II, alínea d, da Lei 8.666/93, mediante comprovação documental e requerimento expresso do Contratado.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO:

As despesas correrão por conta da seguinte dotação, constante do orçamento vigente:

02.010-SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA

02010.15.451.1009.1019 - AMPLIAÇÃO E REFORMA DE PRÉDIOS E LOGRADOUROS PÚBLI

000184 4.4.90.51.00.00 OBRAS E INSTALACOES - Fonte 001

449051.00 – Obras e Instalações – Fonte 991

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado na Tesouraria do Contratante, mediante processo regular, da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PRAZOS:

Os prazos para início e conclusão do objeto ora contratado, que admite prorrogação nos casos previstos pela Lei 8.666/93, estão abaixo indicados e serão considerados a partir da emissão da Ordem de Serviço:

Início: 5 (cinco) dias

Conclusão: 4 (quatro) meses

O prazo de vigência do presente contrato será determinado: até o final do exercício financeiro de 2020, considerado da data de sua assinatura.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

a - Efetuar o pagamento relativo a execução dos serviços efetivamente realizados, de acordo com as respectivas cláusulas do presente contrato;

b - Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução dos serviços contratados;

c - Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades contratuais e legais.

d - Designar representantes com atribuições de Gestor e Fiscal deste contrato, nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

a - Executar devidamente os serviços descritos na Cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;

b - Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;

c - Manter preposto capacitado e idôneo, aceito pelo Contratante, quando da execução de contrato, que o represente integralmente em todos os seus atos;

d - Permitir e facilitar a fiscalização do Contratante devendo prestar os informes e esclarecimentos solicitados;

e - Será responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

f - Não ceder, transferir ou sub-contratar, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, sem o conhecimento e a devida autorização expressa do Contratante;

g - Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS SERVIÇOS NÃO PREVISTOS:

A execução dos serviços não previstos será regulada pelas mesmas condições e cláusulas do contrato original.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PARALISAÇÃO:

O Contratante por conveniência administrativa ou técnica, se reserva no direito de paralisar, a qualquer tempo, a execução dos serviços, cientificando devidamente o Contratado de tal decisão.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO:

Este contrato poderá ser alterado, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos previstos no Art. 65 e será rescindido, de pleno direito, conforme o disposto nos Arts. 77, 78 e 79 da Lei 8.666/93.

O Contratado fica obrigado a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso de reforma de edifício ou equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para seus acréscimos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES:

A recusa injusta em deixar de cumprir as obrigações assumidas e preceitos legais, sujeitará o Contratado, garantida a prévia defesa, às seguintes penalidades previstas nos Arts. 86 e 87 da Lei 8.666/93: a - advertência; b - multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato por dia de atraso na entrega, no início ou na execução do objeto ora contratado; c - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado pela inexecução total ou parcial do contrato; d - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de até 02 (dois) anos; e - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade; f - simultaneamente, qualquer das penalidades cabíveis fundamentadas na Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES DE SERVIÇOS:

O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, conforme os percentuais estabelecidos no Art. 65, § 1º, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

Para o recebimento definitivo dos serviços concluídos, o Contratante nomeará uma Comissão, de no mínimo 02 (dois) técnicos, que visitará as obras e emitirá o termo de Recebimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO:

Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Monteiro-PB.

E, por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em 02(duas) vias, o qual vai assinado pelas partes.

Camalaú - PB, ... de de

PELO CONTRATANTE

.....

PELO CONTRATADO

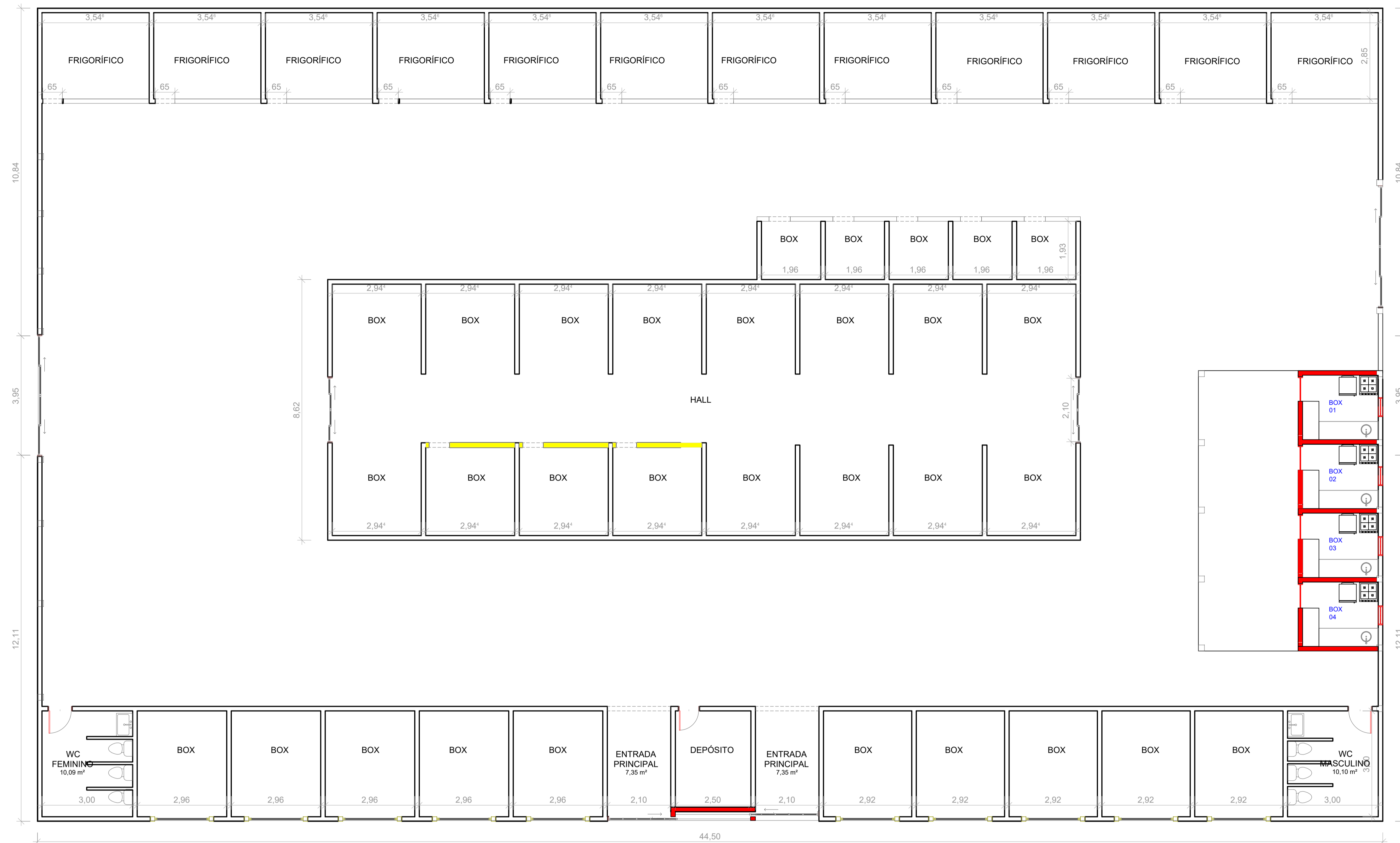
.....



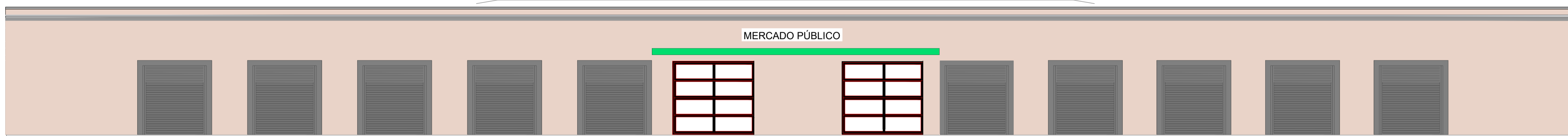
**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMALAÚ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

ANEXO V – TOMADA DE PREÇOS Nº 00003/2020

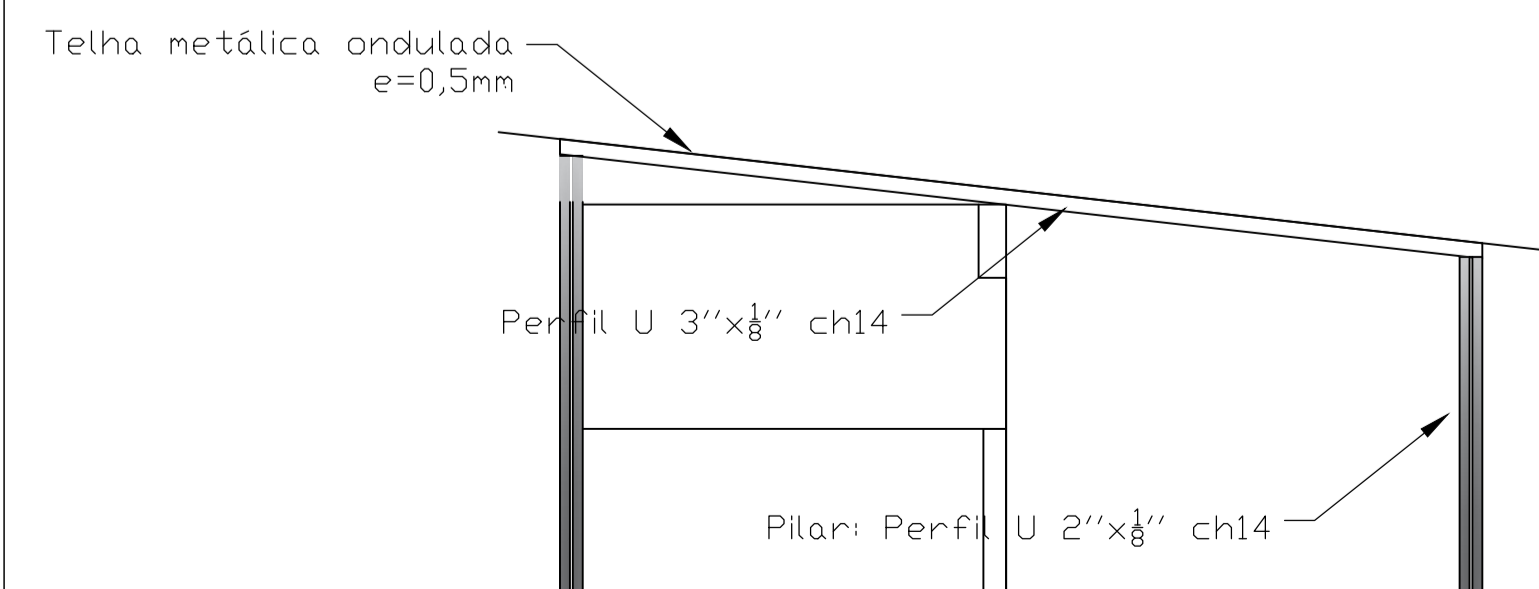
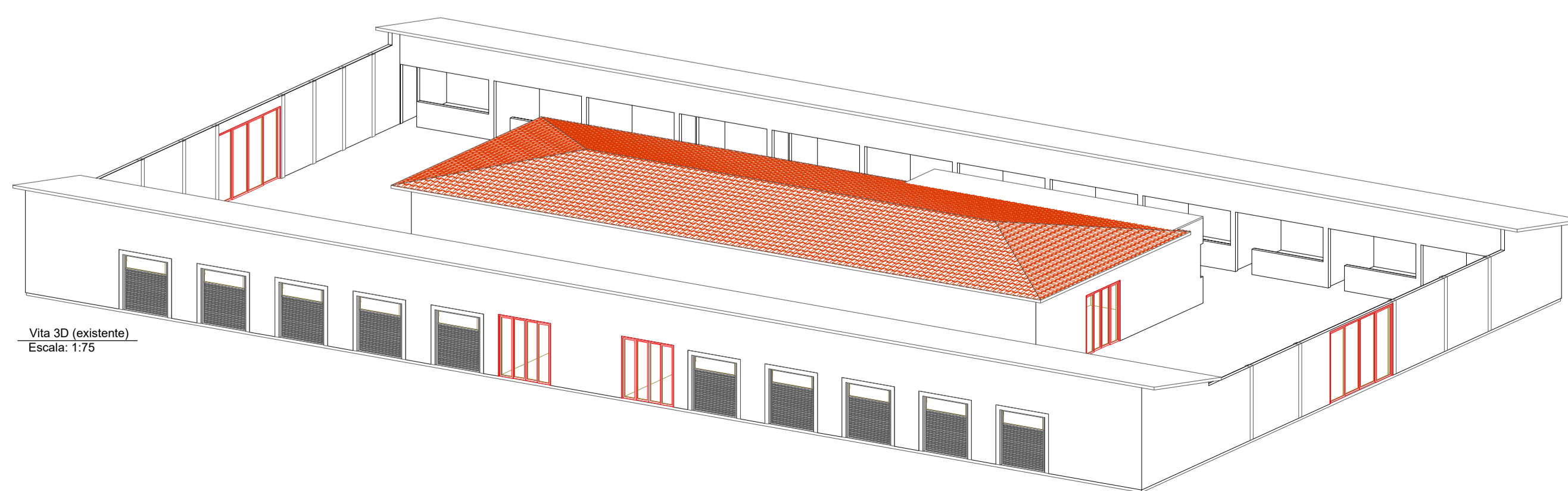
PROJETO BÁSICO DE ENGENHARIA



Planta baixa
Escala: 1:75



Fachada
Escala: 1:75



Detalhe estrutura metálica
Escala: 1:75

OBSERVAR A DATA DO DESENHO NA LEGENDA DO PROJETO
E DESCONSIDERAR QUALQUER VERSÃO ANTERIOR

QUADRO DE CONTROLE DE PROJETO

VERSÃO	DATA	DESCRIÇÃO DA MODIFICAÇÃO
00	08/04/2020	Inicial

OBS: CONFERIR MEDIDAS NA OBRA

PROJETO ARQUITETÔNICO

REFORMA E AMPLIAÇÃO DO MERCADO PÚBLICO MUN. JÚLIO JERÔNIMO DA SILVA
LOCAL: RUA EDUARDO TOLENTINO LEITE, CAMALAU-PB
PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMALAU-PB

ENGº RESPONSÁVEL : MARINA BORGES DE OLIVEIRA
ENGENHEIRA CIVIL 1 CREA-10129477-2

DATA:
ABRIL/2020

DESENHO: PLANTA BAIXA, FACHADA,
DETALHE ESTRUTURA METÁLICA, VISTA 3D.

ESCALA:
INDICADAS

VISTO/CARIMBO:

REVISÃO 00

01/01



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMALAÚ
 Rua Projetada XXI, Centro CEP: 58.530-000
 CNPJ: 09.073271/0001-41

OBRA: REFORMA E AMPLIAÇÃO DO MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL JÚLIO JERÔNIMO DA SILVA							TABELA DE REF.: SINAPI 02/2020	
LOCAL: RUA EDUARDO TOLENTINO LEITE, BAIRRO CENTRO							BDI =	24,73%
PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMALAÚ-PB							DATA: 08/04/2020	
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA								
ITEM	CÓDIGO	FONTE	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO UNITÁRIO C/BDI	TOTAL DO ITEM
REFORMA								R\$ 50.855,31
1.1			Serviços Preliminares					R\$ 1.418,31
1.1.1	PR01	ORSE	REMOÇÃO DE PINTURA LÁTEX (RASPAGEM E/OU LIXAMENTO E/OU ESCOVAÇÃO)	M²	603,47	1,83	R\$ 2,28	R\$ 1.377,42
1.1.2	97622	SINAPI	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE BLOCO FURADO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M³	1,01	32,46	R\$ 40,49	R\$ 40,89
1.2			Fundação e Superestrutura					R\$ 930,50
1.2.1	95952	SINAPI	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) EXECUÇÃO DE ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO CONVENCIONAL	M³	0,58	1295,19	R\$ 1.615,45	R\$ 930,50
1.3			Paredes e Revestimentos					R\$ 6.545,66
1.3.1	89173	SINAPI	MASSA ÚNICA APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO COM EXECUÇÃO DE TALISCAS, E:20MM, TRAÇO 1:2:8 E PREPARO EM BETONEIRA DE 400L.	M²	171,84	R\$ 21,24	R\$ 26,49	R\$ 4.552,39
1.3.2	87417	SINAPI	APLICAÇÃO MANUAL DE GESSO DESEMPENADO (SEM TALISCAS) EM PAREDES DE AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 10M², ESPESSURA DE 0,5CM. AF_06/2014	M²	171,84	R\$ 9,30	R\$ 11,60	R\$ 1.993,28
1.4			Pintura					R\$ 28.026,63
1.4.1	88489	SINAPI	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDES, DUAS DEMÃOS	M²	1.206,54	R\$ 11,40	R\$ 14,22	R\$ 17.155,63
1.4.2	79464	SINAPI	PINTURA A OLEO, 2 DEMAOS	M²	511,92	R\$ 14,76	R\$ 18,41	R\$ 9.424,29
1.4.3	100759	SINAPI	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO BRILHANTE) PULVERIZADA SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICA.	M²	42,01	R\$ 27,61	R\$ 34,44	R\$ 1.446,70
1.5			Coberta					R\$ 13.934,20
1.5.1	94213	SINAPI	TELHAMENTO COM TELHA DE AÇO/ALUMÍNIO E = 0,5 MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019	M²	247,86	R\$ 44,03	R\$ 54,92	R\$ 13.611,79
1.5.2	94449	SINAPI	TELHAMENTO COM TELHA ONDULADA DE FIBRA DE VIDRO E = 0,6 MM, PARA TELHADO COM INCLINAÇÃO MAIOR QUE 10°, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019	M²	4,88	R\$ 52,97	R\$ 66,07	R\$ 322,41
AMPLIAÇÃO LANCHONETE								R\$ 31.582,09
1			BASE DOS PILARES					R\$ 310,80
1.1	93358	SINAPI	ESCAVAÇÃO MANUAL	M³	0,27	R\$ 49,45	R\$ 61,68	R\$ 16,65
1.2	95952	SINAPI	EXECUÇÃO DE ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO	M³	0,18	R\$ 1.295,19	R\$ 1.615,45	R\$ 290,78
1.3	96995	SINAPI	REATERRO MANUL APILOADO COM SOQUETE	M³	0,09	R\$ 29,98	R\$ 37,39	R\$ 3,37
2.0			COBERTURA					R\$ 6.901,96
2.1	94213	SINAPI	TELHAMENTO COM TELHA DE AÇO/ALUMÍNIO E = 0,5 MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO.	M²	69,48	R\$ 44,03	R\$ 54,92	R\$ 3.815,65
2.2	74065/001	SINAPI	PINTURA ESMALTE FOSCO, DUAS DEMAOS, SOBRE SUPERFICIE METALICA, INCLUSO UMA DEMAO DE FUNDO ANTICORROSIVO	M²	15,72	R\$ 18,43	R\$ 22,99	R\$ 361,36
2.3	-	PR02	ESTRUTURA METALICA EM PEFIL DE AÇO U 3'X1/8"	M²	56,54	R\$ 31,96	R\$ 39,86	R\$ 2.253,73
2.4	-	PR02	PILARES EM ESTRUTURA METÁLICA PERFIL "U" 2"X1/8"	M	12,7	R\$ 29,75	R\$ 37,10	R\$ 471,22
3.0			ALVENARIA E VEDAÇÕES					R\$ 4.220,65



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMALAÚ
 Rua Projetada XXI, Centro CEP: 58.530-000
 CNPJ: 09.073271/0001-41

OBRA: REFORMA E AMPLIAÇÃO DO MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL JÚLIO JERÔNIMO DA SILVA							TABELA DE REF.: SINAPI 02/2020		
LOCAL: RUA EDUARDO TOLENTINO LEITE, BAIRRO CENTRO							BDI = 24,73%		
PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMALAÚ-PB							DATA: 08/04/2020		
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA									
3.1	89168	SINAPI	ALVENARIA DE BLOCOS CERÂMICOS 9X19X19CM	M²	39,216	R\$ 51,32	R\$ 64,01	R\$ 2.510,21	
3.2	95952	SINAPI	EXECUÇÃO DE ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO	M³	0,99	R\$ 1.295,19	R\$ 1.615,45	R\$ 1.599,30	
3.3	73937/001	SINAPI	COBOGÓ EM CIMENTO ASSENTADO COM ARGAMASSA 1:4	M²	0,96	R\$ 92,82	R\$ 115,77	R\$ 111,14	
4.0			REVESTIMENTOS					R\$ 7.887,29	
4.1	87879	SINAPI	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO INTERNAS, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L.	M²	83,574	R\$ 2,41	R\$ 3,01	R\$ 251,22	
4.2	89173	SINAPI	MASSA ÚNICA APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO COM EXECUÇÃO DE TALISCAS, E:20MM, TRAÇO 1:2:8 E PREPARO EM BETONEIRA DE 400L.	M²	83,574	R\$ 21,24	R\$ 26,49	R\$ 2.214,04	
4.3	87266	SINAPI	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES INTERNAS COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 20X20CM	M²	56,72	R\$ 49,09	R\$ 61,23	R\$ 3.472,88	
4.4	PR06	SINAPI	BANCADA DE MARMORE SINTETICO	M²	2,72	R\$ 138,56	R\$ 172,83	R\$ 470,09	
4.5	PR07	SINAPI	BANCADA DE MARMORE SINTETICO COM UMA CUBA, 200 X *60* CM	UND	4	R\$ 296,46	R\$ 369,77	R\$ 1.479,07	
5.0			PISO					R\$ 4.286,13	
5.1	94997	SINAPI	PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 10 CM, ARMADO	M²	51,8	R\$ 66,34	R\$ 82,74	R\$ 4.286,13	
6.0			INSTALAÇÃO SANITÁRIA E HIDRÁULICA					R\$ 1.880,58	
6.1	89957	SINAPI	PONTO DE CONSUMO TERMINAL DE ÁGUA FRIA COM TUBULAÇÃO DE PVC UN DN 25 MM	UND	4	R\$ 80,10	R\$ 99,91	R\$ 399,63	
6.2	89482	SINAPI	CAIXA SIFONADA, PVC, DN 100 X 100 X 50 MM	UND	4	R\$ 15,18	R\$ 18,93	R\$ 75,73	
6.3	89972	SINAPI	KIT DE REGISTRO DE GAVETA BRUTO DE LATÃO ¾"	UND	4	R\$ 37,21	R\$ 46,41	R\$ 185,64	
6.4	91793	SINAPI	PONTO DE ESGOTO COM TUBO DE PVC SÉRIE NORMAL 50MM	M	20	R\$ 48,89	R\$ 60,98	R\$ 1.219,58	
7.0			INSTALAÇÃO ELÉTRICA					R\$ 1.954,47	
7.1	93141	SINAPI	PONTO DE TOMADA INCLUINDO TOMADA 10A/250V	UND	12	R\$ 102,68	R\$ 128,07	R\$ 1.536,84	
7.2	93128	SINAPI	PONTO DE ILUMINAÇÃO INCLUINDO INTERRUPTOR SIMPLES	UND	4	R\$ 83,71	R\$ 104,41	R\$ 417,64	
9.0			ESQUADRIAS					R\$ 4.140,22	
9.1	PR04	SINAPI	PORTA DE AÇO CHAPA 24 DE ENROLAR LARGA, ACIONAMENTO MANUAL.	M²	7,84	R\$ 228,59	R\$ 285,12	R\$ 2.235,31	
9.2	PR05	SINAPI	PORTA DE AÇO CHAPA 24 LARGA, FECHAMENTO COM FERROLHO	M²	3,52	R\$ 255,67	R\$ 318,89	R\$ 1.122,50	
9.3	100759	SINAPI	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO BRILHANTE) PULVERIZADA SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICA.	M²	22,72	R\$ 27,61	R\$ 34,44	R\$ 782,41	
			FACHADA					R\$ 11.046,24	
1.0	89168	SINAPI	ALVENARIA DE BLOCOS CERÂMICOS 9X19X19CM	M²	7,12	R\$ 51,32	R\$ 64,01	R\$ 455,75	
1.1	89173	SINAPI	MASSA ÚNICA APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO COM EXECUÇÃO DE TALISCAS, E:20MM, TRAÇO 1:2:8 E PREPARO EM BETONEIRA DE 400L.	M²	14,24	R\$ 21,24	R\$ 26,49	R\$ 377,25	
1.2	PR09	ORSE	PORTÃO EM METALON SIMPLES BRANCO VAZADOS NA HORIZONTAL	M²	10,12	R\$ 216,71	R\$ 270,30	R\$ 2.735,40	
1.3	100759	SINAPI	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO BRILHANTE) PULVERIZADA SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS.	M²	10,12	R\$ 27,61	R\$ 34,44	R\$ 348,50	
1.4	PR10	ORSE	TRILHO PARA FIXAÇÃO DE PORTA DE CORRER EM PERFIL U, INCLUSIVE ROLDANAS	M	4,8	R\$ 84,82	R\$ 105,79	R\$ 507,79	
1.5	11961	ORSE	REVESTIMENTO METÁLICO EM ALUMÍNIO COMPOSTO DOBRADO E:0.3MM.	M²	11,396	R\$ 224,52	R\$ 280,04	R\$ 3.191,30	
1.6	PR11	SINAPI	CHAPIM DE CONCRETO APARENTE COM ACABAMENTO DESEMPENADO.	M	44,5	R\$ 23,92	R\$ 29,83	R\$ 1.327,43	



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMALAÚ
Rua Projetada XXI, Centro CEP: 58.530-000
CNPJ: 09.073271/0001-41

OBRA: REFORMA E AMPLIAÇÃO DO MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL JÚLIO JERÔNIMO DA SILVA							TABELA DE REF.: SINAPI 02/2020		
LOCAL: RUA EDUARDO TOLENTINO LEITE, BAIRRO CENTRO							BDI =	24,73%	
PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMALAÚ-PB							DATA: 08/04/2020		
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA									
1.7	97622	SINAPI	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE BLOCO FURADO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M³	1,3	R\$ 32,46	R\$ 40,49	R\$ 52,63	
1.8	89168	SINAPI	ALVENARIA DE BLOCOS CERÂMICOS 9X19X19CM	M²	6,431	R\$ 51,32	R\$ 64,01	R\$ 411,65	
1.9	89173	SINAPI	MASSA ÚNICA APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO COM EXECUÇÃO DE TALISCAS, E:20MM, TRAÇO 1:2:8 E PREPARO EM BETONEIRA DE 400L.	M²	12,862	R\$ 21,24	R\$ 26,49	R\$ 340,74	
1.10	PR12	ORSE	LETRA EM ALUMÍNIO 20X20CM	UND	14	R\$ 74,32	R\$ 92,70	R\$ 1.297,80	
TOTAL								R\$	93.483,65



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMALAÚ
 Rua Projetada XXI, Centro CEP: 58.530-000
 CNPJ: 09.073271/0001-41

OBRA: REFORMA E AMPLIAÇÃO DO MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL JÚLIO JERÔNIMO DA SILVA

LOCAL: RUA EDUARDO TOLENTINO LEITE, BAIRRO CENTRO

PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMALAÚ-PB

MEMÓRIA DE CÁLCULO				
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	MEMÓRIA	QUANTIDADE
REFORMA				
1.1 Serviços Preliminares				
1.1	REMOÇÃO DE PINTURA LÁTEX (RASPAGEM E/OU LIXAMENTO E/OU ESCOVAÇÃO)	M ²	TOTAL DE PINTURA:1206.94-50% REMOÇÃO	603,47
1,2	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE BLOCO FURADO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M ³	PAREDES DO GALPÃO INTERNO A DEMOLIR: 3*0.337	1,01
1.2 Fundação e Superestrutura				
2.1	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) EXECUÇÃO DE ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO CONVENCIONAL	M	AUMENTO NA ALTURA DOS PILARES DO GALPÃO INTERNO EM 0.4m: 2*18*0.2*0.2*0.4	0,576
1.3 Paredes e Revestimentos				
3.1	MASSA ÚNICA APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO COM EXECUÇÃO DE TALISCAS, E:20MM, TRAÇO 1:2:8 E PREPARO EM BETONEIRA DE 400L.	M ²	ÁREA DE REMOÇÃO DE TINTA*0.1	171,84
3.2	APLICAÇÃO MANUAL DE GESSO DESEMPENADO (SEM TALISCAS) EM PAREDES DE AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 10M ² , ESPESSURA DE 0,5CM. AF_06/2014	M ²	ÁREA DE REMOÇÃO DE TINTA*0.1	171,84
1.4 Pintura				
4.1	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDES, DUAS DEMÃOS	M ²	PINTURA DE TODAS AS PAREDES	1.206,94
4.2	PINTURA A OLEO, 2 DEMAOS	M ²	PINTURA DA PARTE INTERNA DO CHÃO ATÉ 1.4m DE ALTURA	511,91
4.3	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO BRILHANTE) PULVERIZADA SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (02 DEMÃOS). AF_01/2020	M ²	PINTURA DOS 4 PORTÕES DE ACESSO AS ÁREAS INTERNAS DO MERCADO: 2*3.95*2.50 + 2*2.10*2.20 + 2*3.10*2.10	42,01
1.5 Coberta				
5,1	TELHAMENTO COM TELHA DE AÇO/ALUMÍNIO E = 0,5 MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019	M ²	ARÉA COBERTA POR TELHA DE AÇO ALUMÍNIO(ÁFREA CENTRAL) - ÁREA COBERTA POR TELHA ONDULADA DE FIBRA DE VIDRO	247,86
5,2	TELHAMENTO COM TELHA ONDULADA DE FIBRA DE VIDRO E = 0,6 MM, PARA TELHADO COM INCLINAÇÃO MAIOR QUE 10°, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019	M	8 PEÇAS DE 0.5 * 1.22 (A PEÇA É VENDIA COM MEDIDAS DE 0.5 * 2.44 PEDIR PARA CORTAR)	4,88
AMPLIAÇÃO LANCHONETE				
1.0 BASE DOS PILARES				
1.1	ESCAVAÇÃO MANUAL	M ³	0,30*0,30*0,50 (Cada pilar) *5 pilares	0,27
1.2	EXECUÇÃO DE ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO	M ³	0,30*0,30*0,40 *5 (pilares)	0,18
1.3	REATERRO MANUL APILOADO COM SOQUETE	M ³	Diferença: 0,27-0,18	0,09
2.0 COBERTURA				
2.1	TELHAMENTO COM TELHA DE AÇO/ALUMÍNIO E = 0,5 MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO.	M ²	Cobertura da lanchonete: 6,10*9,27+ beiral de 0,40m em cada lado. 6,90*10,07	69,48
2.2	PINTURA ESMALTE FOSCO, DUAS DEMAOS, SOBRE SUPERFICIE METALICA, INCLUSO UMA DEMAOS DE FUNDO ANTICORROSIVO	M ²	Toda a pintura dos pilares, e terças da estrutura. 8,96+1,2+5,56	15,72
2.3	ESTRUTURA METALICA EM PEFIL DE AÇO U 3'X1/8"	M ²	Estrutura metálica da cobertura: 6,10*9,27	56,54
2.4	PILARES EM ESTRUTURA METÁLICA PERFIL "U" 2"X1/8"	M	5 pilares de 2,24m+ Complemento de 0,30m na empena	12,7
3.0 ALVENARIA E VEDAÇÕES				
3.1	ALVENARIA DE BLOCOS CERÂMICOS 9X19X19CM	M ²	Box: 2,65*3*2,3+2,65*2*2,58+0,32*5*2,6 5+1,27*1,1*4. A muerta da base da porta de enrolar é de 1,10. A frente e laterais tem 2,80 e as divisões de box 2,45	39,216
3.2	EXECUÇÃO DE ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO	M ³	Cinta de amarração em todo o perímetro de alvenaria na base e 2,38. Pilares nas extremidades embutidos na alvenaria e 0,30 de largura. Vigas de 0,09*0,30	0,99
3.3	COBOGÓ EM CIMENTO ASSENTADO COM ARGAMASSA 1:4	M ²	Cobogós de 0,60*0,40*4BOX	0,96
4.0 REVESTIMENTOS				



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMALAÚ
 Rua Projetada XXI, Centro CEP: 58.530-000
 CNPJ: 09.073271/0001-41

OBRA: REFORMA E AMPLIAÇÃO DO MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL JÚLIO JERÔNIMO DA SILVA

LOCAL: RUA EDUARDO TOLENTINO LEITE, BAIRRO CENTRO

PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMALAÚ-PB

MEMÓRIA DE CÁLCULO				
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	MEMÓRIA	QUANTIDADE
4.1	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO INTERNAS, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L.	M ²	Alvenaria e cinta *2	83,574
4.2	MASSA ÚNICA APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO COM EXECUÇÃO DE TALISCAS, E:20MM, TRAÇO 1:2:8 E PREPARO EM BETONEIRA DE 400L.	M ²	Alvenaria e cinta *2	83,574
4.3	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES INTERNAS COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 20X20CM	M ²	Todas as alvenarias internas até uma altura de 1,60, e a mureta a face externa também	56,72
4.4	BANCADA DE MARMORE SINTETICO	M ²	Um bancada de 1,20*0,60 para atendimento*4BOX	2,72
4.5	BANCADA DE MARMORE SINTETICO COM UMA CUBA, 200 X *60* CM	UND	Um bancada de preparo de alimentação de 2,00*0,60*4BOX. Com uma cuba integrada	4
5.0 PISO				
5.1	PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 10 CM, ARMADO	M ²	Toda a área de piso existente, interno dos boxes e externo	51,8
6.0 INSTALAÇÃO SANITÁRIA E HIDRÁULICA				
6.1	PONTO DE CONSUMO TERMINAL DE ÁGUA FRIA COM TUBULAÇÃO DE PVC UN DN 25 MM	UND	1 pia da cozinha* 4 BOX	4
6.2	CAIXA SIFONADA, PVC, DN 100 X 100 X 50 MM	UND	1 em cada box*4	4
6.3	KIT DE REGISTRO DE GAVETA BRUTO DE LATÃO ¾"	UND	1 em cada box*4	4
6.4	PONTO DE ESGOTO COM TUBO DE PVC SÉRIE NORMAL 50MM	M	1 em cada box(pia da cozinha)*4+ Ligação com o esgoto existente	20
7.0 INSTALAÇÃO ELÉTRICA				
7.1	PONTO DE TOMADA INCLUINDO TOMADA 10A/250V	UND	3 tomadas por BOX	12
7.2	PONTO DE ILUMINAÇÃO INCLUINDO INTERRUPTOR SIMPLES	UND	1 iluminação por box	4
8.0 ESQUADRIAS				
8.1	PORTA DE AÇO CHAPA 24 DE ENROLAR LARGA, ACIONAMENTO MANUAL.	M ²	PORTAO DE ENROLAR COM 1 metro de altura*1,96 de largura* 4 Box	7,84
8.2	PORTA DE AÇO CHAPA 24 LARGA, FECHAMENTO COM FERROLHO	M ²	PORTÃO DE ENTRAR NO BOX: 0,80*1,10*4BOX	3,52
8.3	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO BRILHANTE) PULVERIZADA SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICA.	M ²	Pintura dos portões e portas de enrolar	22,72
FACHADA				
1.0	ALVENARIA DE BLOCOS CERÂMICOS 9X19X19CM	M ²	Detalhes da fachada: largura 0,08, 0,05 e 0,03. Comprimento. 0,08, 0,05,0,03. Detalhe no comprimento 44,50m	7,12
1.1	MASSA ÚNICA APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO COM EXECUÇÃO DE TALISCAS, E:20MM, TRAÇO 1:2:8 E PREPARO EM BETONEIRA DE 400L.	M ²	Reboco desse detalhe da fachada	14,24
1.2	PORTÃO EM METALON SIMPLES BRANCO VAZADOS NA HORIZONTAL	M ²	Dois portões de correr com 2,30m por 2,10.	10,12
1.3	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO BRILHANTE) PULVERIZADA SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS.	M ²	Pintura dos portões	10,12
1.4	TRILHO PARA FIXAÇÃO DE PORTA DE CORRER EM PERFIL U, INCLUSIVE ROLDANAS	M	Trilho dos portões de correr da fachada	4,8
1.5	REVESTIMENTO METÁLICO EM ALUMÍNIO COMPOSTO DOBRADO E:0,3MM.	M ²	Marquise em ACM altura 0,20m e comprimento 8,14m	11,396
1.6	CHAPIM DE CONCRETO APARENTE COM ACABAMENTO DESEMPENADO.	M	Chapim intalado na platibanda em todo o comprimento da fachada. 44,50m	44,5
1.7	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE BLOCO FURADO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M ³	Demolição da alvenaria do depósito.	1,3
1.8	ALVENARIA DE BLOCOS CERÂMICOS 9X19X19CM	M ²	Alvenaria do depósito recuada e batedor das portas de correr	6,431
1.9	MASSA ÚNICA APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO COM EXECUÇÃO DE TALISCAS, E:20MM, TRAÇO 1:2:8 E PREPARO EM BETONEIRA DE 400L.	M ²	Reboco da alvenaria do depósito	12,862
1.10	LETRA EM ALUMÍNIO 20X20CM	UND	MERCADO PÚBLICO	14



ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMALAÚ

Rua Projetada XXI, Centro CEP: 58.530-000

CNPJ: 09.073271/0001-41

OBRA: REFORMA E AMPLIAÇÃO DO MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL JÚLIO JERÔNIMO DA SILVA

LOCAL: RUA EDUARDO TOLENTINO LEITE, BAIRRO CENTRO

PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMALAÚ-PB

COMPOSIÇÃO DE ENCARGOS SOCIAIS - COM DESONERAÇÃO

TOTAL (%)

86,19



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMALAU
Rua Projetada XXI, Centro CEP: 58.530-000
CNPJ: 09.073271/0001-41

OBRA: REFORMA E AMPLIAÇÃO DO MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL JÚLIO JERÔNIMO DA SILVA	TABELA DE REF.: SINAPI 03/2020	
LOCAL: RUA EDUARDO TOLENTINO LEITE, BAIRRO CENTRO	BDI =	25,01%
PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMALAU-PB	DATA: 08/04/2020	

CRONOGRAMA FÍSICO - FINANCEIRO

ITEM	DESCRIÇÃO	TOTALS	%	MÊS 1		MÊS 2		MÊS 3		MÊS 4	
				VALOR (R\$)	%	VALOR (R\$)	%	VALOR (R\$)	%	VALOR (R\$)	%
1	REFORMA	50.855,31	54,40%	5.085,53	10,00%	15.256,59	30,00%	20.342,12	40,00%	10.171,06	20,00%
2	AMPLIAÇÃO LANCHONETE	31.582,09	33,78%	6.316,42	20,00%	12.632,84	40,00%	12.632,84	40,00%		
3	FACHADA	11.046,24	11,82%							11.046,24	100,00%
	TOTAIS SIMPLES	93.483,65	100,00%	11.401,95	12,20%	27.889,43	29,83%	32.974,96	35,27%	21.217,31	22,70%
	TOTAIS ACUMULADOS	93.483,65	-			39.291,38	42,03%	72.266,34	77,30%	93.483,65	100,00%



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMALAU

Rua Projetada XXI, Centro CEP: 58.530-000

CNPJ: 09.073271/0001-41

OBRA: REFORMA E AMPLIAÇÃO DO MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL JÚLIO JERÔNIMO DA SILVA	TABELA DE REF.: SINAPI 02/2020
LOCAL: RUA EDUARDO TOLENTINO LEITE, BAIRRO CENTRO	BDI 24,73%
PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMALAU-PB	DATA: 08/04/2020

COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITÁRIO						
REMOÇÃO DE PINTURA LÁTEX (RASPAGE E/OU LIXAMENTO E/OU ESCOVAÇÃO)					PR01	UND
TIPO	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	COEF.	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
SINAPI	6111	SERVENTES DE OBRAS	H	0,40	12,5	1,83
TOTAL						1,83

COMPOSIÇÃO ORSE 7725, PREÇO SINAPI

COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITÁRIO						
PILARES EM ESTRUTURA METÁLICA PERFIL "U" 2"X1/8"					PR02	M
TIPO	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	COEF.	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
INSUMO/ORSE	8449	PERFIL "U" ENRIJECIDO DE AÇO GALVANIZADO, DOBRADO, 150 X 60 X 20 MM, E = 3,00 MM	KG	2,30	6,3	14,49
INSUMO	88278	MONTADOR DE ESTRUTURA METÁLICA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,59	10,92	6,447168
INSUMO	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,59	12,5	7,38
INSUMO	98749	SOLDA DE TOPO EM CHAPA/PERFIL/TUBO DE AÇO CHANFRADO, ESPESSURA=5/16".	M	0,0295	48,47	1,4308344
TOTAL						29,75

COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITÁRIO						
COBERTURA EM ESTRUTURA METÁLICA PERFIL TIPO "U" 3"X1/8"					PR03	M ²
TIPO	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	COEF.	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
INSUMO	40537	PERFIL "U" ENRIJECIDO DE AÇO GALVANIZADO, DOBRADO, 200 X 75 X 25 MM, E = 3,75 MM	KG	2,07	6,3	13,041
INSUMO	88278	MONTADOR DE ESTRUTURA METÁLICA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,73	10,92	7,99344
INSUMO	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,73	12,5	9,15
INSUMO	98749	SOLDA DE TOPO EM CHAPA/PERFIL/TUBO DE AÇO CHANFRADO, ESPESSURA=5/16".	M	0,0366	48,47	1,774002
TOTAL						31,96

COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITÁRIO						
Porta de aço chapa 24 de enrolar larga sem acabamento, acionamento manual.					PR04	m ²
ORIGEM	CÓDIGO	COMPONENTES	UNID	COEFICIENT	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
sinapi	88316	Servente com encargos complementares	h	3	R\$ 12,50	R\$ 37,50
sinapi	88309	Pedreiro com encargos complementares	h	0,8	R\$ 15,13	R\$ 12,10
sinapi	88315	Serralheiro com encargos complementares	h	1,8	R\$ 15,05	R\$ 27,09
mercado - campina grande	-	Porta de aço chapa 24 de enrolar larga sem acabamento, acionamento manual.	m ²	1	R\$ 150,00	R\$ 150,00
sinapi	87292	ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8 (CIMENTO, CAL E AREIA MÉDIA) PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L.	m ³	0,006	R\$ 316,35	R\$ 1,90
TOTAL GERAL						R\$ 228,59

COMPOSIÇÃO reformulada sinapi 74136.

Insumos não encontrados na tabela do sinapi, foram orçados no mercado local

FORNECEDORES	UNID	PREÇO	TELEFONE
FERROLAR PRODUTOS METARLÚGICOS	M ²	150,00	(83) 98601-5443
SERRALHARIA SC	M ²	150,00	(83) 3335-4182
ART E FERRO SERRALHARIA	M ²	196,60	(83) 98876-1136



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMALAÚ

Rua Projetada XXI, Centro CEP: 58.530-000

CNPJ: 09.073271/0001-41

OBRA: REFORMA E AMPLIAÇÃO DO MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL JÚLIO JERÔNIMO DA SILVA	TABELA DE REF.: SINAPI 02/2020
LOCAL: RUA EDUARDO TOLENTINO LEITE, BAIRRO CENTRO	BDI 24,73%
PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMALAÚ-PB	DATA: 08/04/2020

COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITÁRIO						
COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITÁRIO						
Porta de aço chapa 24 larga sem acabamento, fechamento com ferrolho.					PRO5	m ²
ORIGEM	CÓDIGO	COMPONENTES	UND	COEFICIENT	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
sinapi	88316	Servente com encargos complementares	h	3	R\$ 12,50	R\$ 37,50
sinapi	88309	Pedreiro com encargos complementares	h	0,8	R\$ 15,13	R\$ 12,10
sinapi	88315	Serralheiro com encargos complementares	h	1,8	R\$ 15,05	R\$ 27,09
mercado - campina grande	-	Porta de aço chapa 24 larga sem acabamento, fechamento com ferrolho.	m ²	1	R\$ 177,08	R\$ 177,08
sinapi	87292	ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8 (CIMENTO, CAL E AREIA MÉDIA) PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L.	m ³	0,006	R\$ 316,35	R\$ 1,90
TOTAL GERAL						R\$ 255,67
COMPOSIÇÃO reformulada sinapi 74136.						
Insumos não encontrados na tabela do sinapi, foram orçados no mercado local						

FORNECEDORES	UND	PREÇO	TELEFONE
FERROLAR PRODUTOS METARLÚGICOS	M ²	120,00	(83) 98601-5443
SERRALHARIA SC	M ²	177,08	(83) 3335-4182
ART E FERRO SERRALHARIA	M ²	200,00	(83) 98876-1136

COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITÁRIO						
BANCADA DE MARMORE SINTETICO					PRO6	m ²
ORIGEM	CÓDIGO	COMPONENTES	UND	COEFICIENT	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
sinapi	88316	Servente com encargos complementares	h	1	R\$ 12,50	R\$ 12,50
sinapi	88309	Pedreiro com encargos complementares	h	1	R\$ 15,13	R\$ 15,13
sinapi	11693	BANCADA/TAMPO LISO (SEM CUBA) EM MARMORE SINTETICO	M ²	1	R\$ 98,68	R\$ 98,68
sinapi	87292	ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8 (CIMENTO, CAL E AREIA MÉDIA) PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L.	m ³	0,006	R\$ 316,35	R\$ 1,90
sinapi	592	CANTONEIRA ALUMINIO ABAS IGUAIS 1", E = 1/8", 25,40 X 3,17 MM (0,408 KG/M)	kg	0,4896	R\$ 21,15	R\$ 10,36
TOTAL GERAL						R\$ 138,56
COMPOSIÇÃO própria						

COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITÁRIO						
BANCADA DE MARMORE SINTETICO COM UMA CUBA, 200 X *60* CM					PRO7	und
ORIGEM	CÓDIGO	COMPONENTES	UND	COEFICIENT	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
sinapi	88316	Servente com encargos complementares	h	1	R\$ 12,50	R\$ 12,50
sinapi	88309	Pedreiro com encargos complementares	h	1	R\$ 15,13	R\$ 15,13
sinapi	540	BANCADA DE MARMORE SINTETICO COM UMA CUBA, 200 X *60* CM	und	1	R\$ 251,40	R\$ 251,40
sinapi	87292	ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8 (CIMENTO, CAL E AREIA MÉDIA) PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L.	m ³	0,006	R\$ 316,35	R\$ 1,90
sinapi	592	CANTONEIRA ALUMINIO ABAS IGUAIS 1", E = 1/8", 25,40 X 3,17 MM (0,408 KG/M)	kg	0,7344	R\$ 21,15	R\$ 15,53
TOTAL GERAL						R\$ 296,46
COMPOSIÇÃO própria						

COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITÁRIO						
------------------------------	--	--	--	--	--	--



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMALAU

Rua Projetada XXI, Centro CEP: 58.530-000

CNPJ: 09.073271/0001-41

OBRA: REFORMA E AMPLIAÇÃO DO MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL JÚLIO JERÔNIMO DA SILVA	TABELA DE REF.: SINAPI 02/2020
LOCAL: RUA EDUARDO TOLENTINO LEITE, BAIRRO CENTRO	BDI 24,73%
PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMALAU-PB	DATA: 08/04/2020

COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITÁRIO						
PONTO DE ESGOTO COM TUBO DE PVC SÉRIE NORMAL 50MM					PR08	und
ORIGEM	CÓDIGO	COMPONENTES	UND	COEFICIENT	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
sinapi	88316	Servente com encargos complementares	h	1	R\$ 12,50	R\$ 12,50
sinapi	88309	Pedreiro com encargos complementares	h	1	R\$ 15,13	R\$ 15,13
sinapi	540	BANCADA DE MARMORE SINTETICO COM UMA CUBA, 200 X *60* CM	und	1	R\$ 251,40	R\$ 251,40
sinapi	87292	ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8 (CIMENTO, CAL E AREIA MÉDIA) PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L.	m³	0,006	R\$ 316,35	R\$ 1,90
sinapi	592	CANTONEIRA ALUMINIO ABAS IGUAIS 1", E = 1/8", 25,40 X 3,17 MM (0,408 KG/M)	kg	0,7344	R\$ 21,15	R\$ 15,53
TOTAL GERAL						R\$ 296,46
COMPOSIÇÃO própria						

COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITÁRIO						
Portão em metalon branco simples com tubos vazados na horizontal.					PR09	UND
ORIGEM	CÓDIGO	COMPONENTES	UND	COEFICIENT	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
sinapi	88316	Servente com encargos complementares	h	1	R\$ 12,50	R\$ 12,50
sinapi	88309	Pedreiro com encargos complementares	h	1	R\$ 15,13	R\$ 15,13
Mercado - CAMPINA GRANDE	-	Portão em metalon branco simples com tubos vazados na horizontal.	m²	1	R\$ 179,59	R\$ 179,59
sinapi	87292	ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8 (CIMENTO, CAL E AREIA MÉDIA) PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L.	m³	0,03	R\$ 316,35	R\$ 9,49
TOTAL GERAL						R\$ 216,71
COMPOSIÇÃO 4716/ORSE VALORES SINAPI 2020						
Insumos não encontrados na tabela do sinapi, foram orçados no mercado local						

FORNECEDORES	UND	PREÇO	TELEFONE
FERROLAR PRODUTOS METARLÚGICOS	M²	190,47	(83) 98601-5443
SERRALHARIA SC	M²	179,59	(83) 3335-4182
ART E FERRO SERRALHARIA	M²	136,05	(83) 98876-1136

COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITÁRIO						
Trilho para fixação (parte superior) de porta de correr em perfil "u", inclusive roldanas					PR10	M
ORIGEM	CÓDIGO	COMPONENTES	UND	COEFICIENT	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
Ssinapi	38179	ROLDANA CONCOVA DUPLA, EM CHAPA DE ACO, ROLAMENTO INTERNO BLINDADO DE ACO REVESTIDO EM NYLON, PARA PORTA DE CORRER	und	2	R\$ 27,04	R\$ 54,08
sinapi	88262	Carpinteiro de formas com encargos complementares	h	0,25	R\$ 15,01	R\$ 3,75
sinapi	88316	Servente com encargos complementares	h	0,25	R\$ 12,50	R\$ 3,13
sinapi	11581	Trilho em aluminio "u", com abaulado para roldana de porta de correr, *40 x 40* mm	m	1	R\$ 23,86	R\$ 23,86
TOTAL GERAL						R\$ 84,82
Composição ORSE 3533, valores SINAPI 2020						

COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITÁRIO						
CHAPIM DE CONCRETO APARENTE COM ACABAMENTO DESEMPENADO, FORMA DE COMPENSADO PLASTIFICADO					PR11	M
ORIGEM	CÓDIGO	COMPONENTES	UND	COEFICIENT	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMALAU

Rua Projetada XXI, Centro CEP: 58.530-000

CNPJ: 09.073271/0001-41

OBRA: REFORMA E AMPLIAÇÃO DO MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL JÚLIO JERÔNIMO DA SILVA	TABELA DE REF.: SINAPI 02/2020
LOCAL: RUA EDUARDO TOLENTINO LEITE, BAIRRO CENTRO	BDI 24,73%
PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMALAU-PB	DATA: 08/04/2020

COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITÁRIO						
SINAPI	43132	ARAME RECOZIDO 18 BWG, 1,25 MM (0,01 KG/M)	KG	0,02	11,64	0,2328
SINAPI	1346	CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA PLASTIFICADA PARA FORMA DE CONCRETO, DE 2,20 x 1,10 M, E = 10 MM	M2	0,20	23,82	4,764
SINAPI	5075	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 18 X 30 (2 3/4 X 10)	KG	0,02	13,22	0,2644
SINAPI	6189	TABUA DE MADEIRA NAO APARELHADA *2,5 X 30* CM, CEDRINHO OU EQUIVALENTE DA REGIAO	M	0,13	12,18	1,5834
SINAPI	10567	TABUA DE MADEIRA NAO APARELHADA *2,5 X 23* CM (1 x 9 ") PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIAO	M	0,18	7,29	1,3122
SINAPI	88262	CARPINTEIRO DE FORMAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,13	15,01	1,9513
SINAPI	88309	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,30	15,13	4,539
SINAPI	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,45	12,5	5,625
SINAPI	94969	CONCRETO FCK = 15MPA, TRAÇO 1:3,4:3,5 (CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 600 L. AF_07/2016	M3	0,01	260,29	3,64406
TOTAL GERAL						R\$ 23,92
Composição SINAPI 71623						

COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITÁRIO						
LETRA EM ALUMÍNIO 20X20CM					PR12	M
ORIGEM	CÓDIGO	COMPONENTES	UND	COEFICIENT	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
ORSE	7079	LETRA EM ALUMÍNIO 20X20CM	1	1,00	70,54	70,54
SINAPI	88309	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,25	15,13	3,7825
TOTAL GERAL						R\$ 74,32
Composição ORSE 12054						



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMALAU

Rua Projetada XXI, Centro CEP: 58.530-000

CNPJ: 09.073271/0001-41

OBRA: REFORMA E AMPLIAÇÃO DO MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL JÚLIO JERÔNIMO DA SILVA	TABELA DE REF.: SINAPI 03/2020
LOCAL: RUA EDUARDO TOLENTINO LEITE, BAIRRO CENTRO	
PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMALAU-PB	DATA:

COMPOSIÇÃO DO BDI						
ORDEM	Itens	Siglas	Preencher com valores dentro do intervalo admissível	Intervalo Admissível		
				Mínimo	Médio	Máximo
1	Taxa de rateio da Administração Central	AC	3,00%	3,00%	4,00%	5,50%
2	Taxa de Seguro e garantia	G	0,80%	0,80%	0,80%	1,00%
3	Taxa de Risco	R	0,97%	0,97%	1,27%	1,27%
4	Taxa de despesas financeiras	DF	0,59%	0,59%	1,23%	1,39%
5	Lucro	L	6,16%	6,16%	7,40%	8,96%
6	Taxa de tributos	I	10,30%			
		ISS	2,00%			
		PIS	0,65%			
		COFINS	3,15%			
		CPRB	4,50%			
	Fórmula BDI conforme Acórdão TCU: $BDI = \frac{(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1$	BDI resultante	24,73%	21,21	24,97	29,07

Composição do percentual de BDI baseado no processo TC 036.076/2011-2 - Acórdão 2622/2013 - Plenário - Data da Sessão: 25/09/2013.